

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
1998

1.ª FASE
1.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa (C.R.P.) **não anotada**.

Nas respostas com base na C.R.P., os alunos deverão referir o texto constitucional utilizado — 3.ª ou 4.ª Revisão.

I

O texto que se segue faz referência à necessidade de regulamentar a rotulagem de determinados produtos nos países da União Europeia.

A Comissão Europeia quer ver rotulados os produtos que integram soja ou milho geneticamente manipulados... O executivo europeu não está a fazer mais do que resolver uma lacuna na regulamentação que não estava a contemplar os novos produtos cuja venda na União Europeia tinha sido autorizada antes de 15 de Maio de 1997.

Público, 28.09.97 (adaptado)

1. O direito que cada consumidor português tem de ser informado quanto à qualidade dos bens adquiridos é um direito subjectivo.

Defina direito subjectivo.

2. A regulamentação dos «novos produtos» no seio da União Europeia será feita através de regulamentos e directivas.

Distinga regulamentos de directivas quanto à sua aplicabilidade.

3. Enquanto a rotulagem destes «novos produtos» não for contemplada, na legislação comunitária e no Direito português, podem surgir lacunas da lei nestas matérias.

Indique os dois processos de integração das lacunas previstos na lei portuguesa.

4. **Explique** em que consiste o primado do Direito Comunitário.

V.S.F.F.

II

Considere os seguintes artigos do Código Civil:

Art. 1038.º

São obrigações do locatário:

- a) *Pagar a renda ou aluguer;*
- b) *...*
- c) *Não aplicar a coisa a fim diverso daqueles a que ela se destina;*

...

Art. 1047.º

A resolução do contrato fundada na falta de cumprimento por parte do locatário tem de ser decretada pelo tribunal.

Tendo em atenção o disposto nos artigos transcritos, analise a seguinte situação:

Manuel cedeu de arrendamento a Maria um andar, num prédio de sua propriedade, mediante uma renda mensal de 150 contos, comprometendo-se Maria, a inquilina ou locatária, a não aplicar o andar a outros fins que não fossem a sua própria habitação. Porém, tal não se veio a verificar, dado que Maria adaptou parte do andar para exercer a sua profissão de veterinária.

1. **Indique** os elementos de uma relação jurídica.
2. O arrendamento é um contrato bilateral perfeito ou sinalagmático e formal.
Justifique esta afirmação.
3. **Explique**, perante o procedimento de Maria, de que modo deverá Manuel actuar, tendo em conta as disposições legais transcritas.

III

Leia com atenção o texto seguinte:

«A acção empenhada de Portugal, no último Conselho da Europa, no sentido da abolição generalizada da pena de morte, marca um momento alto da nossa diplomacia... O direito à vida, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, impõe-se a todos como um imperativo categórico, sobre o qual se fundam os outros direitos.

A luta pela abolição mundial da pena de morte (...) deverá prosseguir com tenacidade, até que ela desapareça de vez das constituições, das leis e das práticas...»

José Augusto Seabra, «Portugal e a Pena da Morte», *Expresso*, 06.11.97

1. O direito à vida está expresso na Declaração Universal dos Direitos do Homem e, também, na Constituição da República Portuguesa, no art. 24.º

Explique a importância da Constituição da República Portuguesa na hierarquia das leis.

2. O direito à vida, assim como os outros direitos, liberdades e garantias constituem matéria da reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República.

Distinga entre reserva relativa de competência legislativa e reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia da República.

3. «A luta pela abolição mundial da pena de morte deverá prosseguir com tenacidade».

Tendo em conta esta afirmação, **explique** a diferença entre Direito Positivo e Direito Natural.

IV

O texto seguinte introduz o item de desenvolvimento.

«Oito juizes que desempenham funções no Conselho Superior de Magistratura enviaram uma carta à Assembleia da República em que acusam este órgão de ter produzido uma Constituição que torna possível o domínio do poder judicial pelo poder político».

Expresso, 01.11.97

Comente o texto, relacionando os seguintes pontos:

- a soberania e o princípio da separação de poderes, num Estado de Direito democrático;
- as garantias ou os atributos da actividade dos juizes.

FIM

V.S.F.F.

129/3

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	20 pontos
	<hr/>
	85 pontos

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	<hr/>
	55 pontos

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	<hr/>
	55 pontos

IV

.....	25 pontos
	<hr/>
	25 pontos
TOTAL	200 pontos